

CABO VERDE TRINTA ANOS DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Daniel A. Pereira*

O ano de 2005 foi vivido, em Cabo Verde, sob o signo do 30º aniversário da independência nacional. E imprimiu-se a esse momento uma particular intensidade.

Quando se conhece o ponto de partida, a 5 de Julho de 1975, talvez se compreenda melhor a relevância e, quiçá, o patriotismo com que foi assumido esse momento muito especial na vida de um jovem país.

Na verdade, das ilhas sahelianas do Cabo Verde de 2005, que ascendia à independência em 1975, pertença do grupo atlântico da Macaronésia, que inclui, igualmente, os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, já nada havia, tal a transformação que sofreu nos últimos trinta anos.

A desesperança, criada, desenvolvida e interiorizada pelo atavismo, provocado por uma conhecida história de seca e fome cíclicas, através do qual o nosso arquipélago se tornara tristemente célebre, ao longo de séculos, cedeu lugar à esperança e à crença mais íntima, face aos resultados conseguidos, a todos os níveis (falaremos disso mais adiante), fruto do labor dos cabo-verdianos e da cooperação internacional;

* Diplomata, antigo Director Geral do Gabinete de Estudos, Documentação e Assessoria e do Centro de Estudos Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de Cabo Verde e autor de vários livros da área da História de Cabo Verde.

A descrença nas nossas possibilidades, imposta por uma natureza ignara e inclemente, mas também inculcada através de uma mentalidade de subserviência, que o colonialismo, subtilmente, deixou que invadisse o nosso âmago, deu lugar à crença dos cabo-verdianos nas suas capacidades para superar todas as dificuldades, mesmo as impossíveis, como aquelas que poetas nacionalistas, a exemplo de Ovídio Martins, passaram a transmitir às novas gerações, como a imagem das cabras, que nos ensinarem a “comer pedras para não perecermos”;

Recuperada a esperança, a crença, a própria estima e a autonomia de decisão, parte-se, então, para a aventura, empolgante, da construção de um Estado, reivindicada pela pré existência de uma Nação, paradoxal por ter acontecido num contexto histórico colonial, classificado, precisamente por isso, por certos cientistas sociais e políticos, como algo que, como uma construção histórica, aconteceu independentemente da vontade dos homens.

Foi a fina percepção desse facto, corporizada pela sagacidade dos dirigentes nacionalistas da época, designadamente Amílcar Cabral, antecedido já pelos nativistas da segunda metade do século XIX e primeira do século XX, que explica a luta vitoriosa pela independência. Uma primeira vitória, conseguida, desde logo, contra um adversário melhor armado e bem equipado. Do outro lado, a força das convicções, a ideia do restabelecimento da dignidade perdida, por via da recuperação da história e da cultura usurpadas, razão de ser última da própria independência almejada.

Conquistada a soberania nacional, eis que surge o primeiro grande embate/desafio: o da construção de um Estado, que muitos pensavam ser algo impossível, porque com os recursos disponíveis tal empresa se revelava, na aparência, inviável economicamente. Provou-se, no entanto, exactamente o contrário do propalado pelos profetas da desgraça: que o Cabo Verde independente não sobreviveria seis meses.

Efectivamente, a riqueza das ilhas de Cabo Verde, resumia-se, em 1975, ao seguinte: mais de 70% da população analfabeta; pobreza e miséria crónicas; 200 USD de PIB per capita; 6 médicos, 2 liceus, pouco mais de duas dúzias de estabelecimentos de instrução primária; um tesouro público exaurido e tecnicamente falido; ausência quase

total de recursos naturais exploráveis e de infra-estruturas, estradas, portos, aeroportos, saneamento básico; um povo indómito e corajoso, que se recusava a vergar ao peso da natureza ou da história, ingratas a vários títulos.

Foram estas as condições de arranque. E convenhamos que elas não eram nada auspiciosas. Por isso, utilizava, ainda há pouco, a terminologia, a “aventura”, para qualificar o processo da construção do nosso Estado.

Passados que foram trinta anos sobre o início da nova aventura cabo-verdiana, historicamente falando, a primeira foi o da ocupação humana do nosso espaço, para onde tiveram de ser transportadas todas as condições para permitir esse desiderato, são por demais evidentes os ganhos obtidos:

- a construção de novos portos e aeroportos;
- aumento significativo da rede de estradas de penetração, calçadas, numa primeira fase, agora asfaltadas, melhorando as condições dos transportes e das comunicações entre os diversas cidades e vilas das ilhas;
- centenas de estabelecimentos de ensino primário, atingindo, praticamente, todas as aldeias do país, onde 100% das crianças em idade escolar têm acesso ao sistema de ensino, obrigatório e gratuito, até ao sexto ano de escolaridade;
- cerca de uma dezena e meia de liceus, para apenas falar da ilha de Santiago;
- escolas técnicas em diversas ilhas; institutos superiores de formação de professores do ensino secundário e do magistério primário; o nascimento da Universidade privada, nos últimos cinco anos, e agora o arranque da Universidade pública;
- várias centenas de médicos e enfermeiros, que trabalham em vários hospitais centrais, com diversas valências;
- hospitais regionais, centros e postos de saúde, espalhados um pouco por todo o país;
- a proliferação de clínicas privadas e consultórios médicos nos principais centros populacionais;

- condições e qualidade de vida da população, amplamente melhoradas, ainda que persistam, naturalmente, bolsas de pobreza, entre outros.

Do mesmo modo, uma enorme explosão se fez sentir no campo cultural, com o nascimento de arquivos, bibliotecas e museus, a defesa do patrimônio histórico nacional construído, a afirmação de diversos aspectos da cultura cabo-verdiana, essência da Nação, como a música, a dança e a literatura, com um enorme surto da editoração, em diversas vertentes da produção literária, nas artes, ganhando a expressão cultural de Cabo Verde alguma notoriedade internacional, sobretudo nos campos da música e da literatura.

Foram precisamente os índices de desenvolvimento humanos atingidos e o incremento significativo do PIB que empurraram Cabo Verde para fora dos Países Menos Avançados (PMA). Apesar de tudo, o país continua a ser considerado, pelo próprio sistema das Nações Unidas, que decidiu a saída de Cabo Verde dos PMA, como dos mais vulneráveis do mundo, tais são as suas debilidades, económica e ambiental sobretudo.

Contrariando todos os prognósticos iniciais, Cabo Verde é, hoje, um país socialmente coeso, politicamente estável e maduro, constituindo um exemplo de Estado de Direito Democrático em África, onde as instituições funcionam normalmente, a alternância democrática é uma realidade, depois de uma transição política, considerada, também ela, pela comunidade internacional, como exemplar, em que os direitos, liberdades e garantias estão perfeitamente delimitados e defendidos, constitucionalmente e por instituições de justiça independentes do poder político, característica essencial dos Estados democráticos modernos.

Obviamente, o esforço consentido não foi pequeno. Nem os cabo-verdianos estiveram sozinhos neste empreendimento e nos resultados conseguidos. Mas só se pode sentir justificado pelo que Cabo Verde conseguiu alcançar em todos estes anos de independência, com muitas apostas decididamente ganhas, tanto na área da saúde, como do

ensino, além do relativo desenvolvimento económico, com o PIB per capita a atingir, actualmente, os 1500/1700 USD, multiplicando por oito os valores de 1975.

Mas pode-se afirmar, com alguma propriedade, que o segredo daquilo que o país conseguiu atingir, ao longo deste tempo, deve-se, em grande medida, à política externa implementada por sucessivos Governos de Cabo Verde, que se tem mantido fiel a certos e determinados princípios basilares. Pela sua importância crucial na estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, falaremos, de seguida, sobre essa importante matéria.

Diplomacia para o desenvolvimento

Falar da diplomacia cabo-verdiana nestes últimos 30 anos empurra-nos, necessariamente, a ir beber à fonte da Luta de Libertação.

Assim, é preciso saber que o patriotismo e o nacionalismo de Amílcar Cabral se manifestaram, sobretudo, de uma forma que se pode considerar fundamental e crucial, marcando, em profundidade, todo o percurso da luta travada pelo PAIGC - a não hipoteca ou alienação de princípios, particularmente no que dizia respeito à manutenção de uma determinada *independência de pensamento e de acção*. Neste quadro, os apoios e ajudas eram aceites sem que fossem acompanhadas de condições políticas incompatíveis com esses princípios.

Por isso, para a concretização de tais princípios no domínio político, era necessário orientar-se por soluções adequadas. E, apreciando o ambiente internacional e a correlação de forças da época, a fórmula encontrada para conduzir a política externa foi diversificar os contactos e alianças de maneira a gerir a relativa e difícil autonomia e independência face aos aliados “naturais” e tradicionais, salvaguardando, com perseverança, a coerência no respeitante aos interesses políticos mais nobres.

Também, só o génio prospectivo de A. Cabral para antecipar não só as excelentes relações que viriam a ser entretecidas, ao longo dos

tempos, entre Cabo Verde e Portugal, ao distinguir, de forma clarividente, o que era o regime colonial/fascista e o povo português, mas também concebendo a CONCP, organização directamente precursora dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), lançando as sementes fecundas da futura Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Esta fórmula de sucesso foi implementada em Cabo Verde, desde a independência, conquistada a 5 de Julho de 1975. Opção que não foi isenta de consequências e exigências no desempenho da política externa do país, nos tempos subsequentes. É assim que se explica, também, a adesão ao Movimento dos Não Alinhados e ao Grupo dos 77.

Quem conheceu as difíceis condições de arranque, à data da independência, de um país pequeno e sem recursos para fazer face aos enormes desafios do processo de desenvolvimento, o mínimo que se pode dizer da escolha de Cabo Verde é que ela era tanto arrojada quanto corajosa. Uma aposta de alto risco que, em face dos resultados obtidos, não poderia deixar de ser alvo dos melhores encómios da comunidade internacional.

Desde logo, foram demonstradas ambição e crença nas capacidades de um povo, habituado aos maiores desafios e a vencer todas as calamidades.

Contrariando os mais cépticos, Cabo Verde cresceu e avançou. E as vitórias alcançadas, no plano externo e de desenvolvimento económico, constituem justo orgulho de todo o seu povo, que se armou com o escudo da Nação para mostrar que nada é impossível, quando existe querer, vontade, perseverança e, sobretudo, engajamento em torno do grande desígnio nacional, que continua a ser o desenvolvimento e o bem-estar de todos os cabo-verdianos, onde quer que se encontrem.

Mas para além da crença, houve que mobilizar amigos, parceiros para a causa. E a diplomacia cabo-verdiana não se poupou a esforços

nesse sentido. E desde início, para demonstrar a seriedade de propósitos começou-se a dar sinais claros, à comunidade internacional, de que a postura de Cabo Verde iria ser salutar e de abertura, mas coerente com os princípios norteadores da acção externa cabo-verdiana, em defesa dos interesses nacionais.

A diferença com determinadas práticas, infelizmente bastante comuns na época, começava a ser marcada, de imediato, com a forma como a ajuda prodigalizada pela comunidade internacional foi utilizada pelos governos de Cabo Verde para a geração de recursos para o desenvolvimento, através da sua comercialização, e não para a distribuição gratuita às populações, o que, como se sabe, só contribuiria para manter a dependência externa do país. É assim que surgem os chamados fundos de contrapartida, que passariam a constituir uma exigência dos doadores internacionais a todos os beneficiários da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Foi, deste modo, crescendo a credibilidade e prestígio internacionais do país, hoje considerados como um recurso estratégico de Cabo Verde em matéria de relações externas, capitalizando sempre mais meios para o financiamento do seu desenvolvimento.

Mas os créditos não ficaram por aí. O país quis ser útil no concerto das Nações, quando se tratava da busca de soluções pacíficas para os litígios, muitas vezes sangrentos, entre os Estados. E nesse quadro, o papel facilitador de um pequeno país como Cabo Verde na resolução do conflito na África Austral, como o conflito angolano, envolvendo a África do Sul, tropas cubanas em solo de Angola, tem o seu quê de importância e valor.

Fazendo parte, desde os finais dos anos 80, do Comité *Ad Hoc* da Organização da Unidade Africana (OUA) para a África Austral, já antes, a ilha do Sal fora cenário de consultas secretas, tripartidas, entre a África do Sul, Angola e Cuba, visando a retirada cubana e sul-africana de Angola e a solução desse mortífero conflito.

E essa acção de bons ofícios de Cabo Verde acontecia na sequência de uma das mais brilhantes vitórias diplomáticas de Cabo Verde na cena internacional.

Efectivamente, no contexto da luta anti-apartheid, o país esteve sob a ameaça de sanções por parte da OUA, por causa da passagem dos aviões da South Africa Airlines (SAA) no aeroporto do Sal. A argumentação político-diplomática cabo-verdiana não só conseguiu evitar as sanções como contribuiu para aumentar o prestígio do país no seio da organização pan-africana, o que levou, por proposta de Angola, à nossa integração nonreferido Comité *Ad Hoc*.

De referir, ainda, o facto de Cabo Verde ter dado uma grande contribuição para as negociações entre representantes do Governo minoritário branco da África do Sul e a SWAPO visando a independência da Namíbia, tendo os primeiros encontros directos entre as duas partes tido lugar na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente.

É, também, nos anos 80 que Cabo Verde assume a Presidência, durante quase uma década, da Comissão Preparatória para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Direito do Mar.

De igual modo, durante o biénio 1992/93, Cabo Verde fez parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro não permanente, cargo para que foi eleito brilhantemente. A essa vitória mais, da diplomacia cabo-verdiana, não estão alheios o prestígio e credibilidade internacionais que o país foi angariando ao longo de todos esses anos.

Recorde-se que, durante esse mandato, cuja presidência esteve a nosso cargo, em Julho de 1992, se discutiram importantes e candentes questões internacionais da altura, como a Líbia, a Somália, a Bósnia Herzegovina, Angola e África do Sul, entre outras, e teve lugar a única Cimeira do Conselho de Segurança, realizada até ao presente momento.

E eis que, na actualidade, novos e formidáveis desafios pespontam no horizonte da diplomacia cabo-verdiana, num mundo ainda mais competitivo, globalizado, em que o mar das relações internacionais se encontra cada vez mais encapelado.

Trata-se, agora, de responder às exigências da mudança de estatuto do processo do nosso desenvolvimento, passando Cabo Verde de País Menos Avançado (PMA) a País de Desenvolvimento Médio (PDM).

Não serão, certamente, poucos os obstáculos que teremos de transpor. Mas o povo cabo-verdiano, como no passado, saberá estar à altura das responsabilidades cometidas. E não estaremos sós nesse trajecto, como nunca estivemos.

Por alguma razão Cabo Verde foi, tem sido e continuará a ser, no plano externo, um país de consensos. Diplomáticamente falando, importa negociar, convenientemente, a “transição suave” no seio das Nações Unidas, tanto mais que, nessa matéria, não existem muitas experiências onde ir beber. O único caso que se conhece, em termos internacionais, de graduação de um país de uma para outra etapa de classificação em matéria de desenvolvimento, é o de Botswana. Só que este último dispõe de apreciáveis recursos minerais como, por exemplo, os diamantes. E recursos, seja de que tipo for, é coisa de que Cabo Verde carece sobremaneira.

Mantém-se, porém, firme a nossa capacidade de enfrentar e superar os difíceis obstáculos na corrida rumo ao desenvolvimento sustentado deste país que tanto amamos. A integração de Cabo Verde no programa Millenium Challenge Account (MCA) dos Estados Unidos e o facto de o respectivo compacto ter sido negociado de forma rápida, e sua assinatura ter já acontecido desde Julho de 2005, ano do trigésimo aniversário da independência, é já de si um sinal claro da determinação da diplomacia cabo-verdiana em ultrapassar todas as dificuldades da sua difícil mas orgulhosa caminhada como Estado livre e soberano.

Acrescente-se a tudo isso, a nossa estratégica diplomática para a obtenção de uma Parceria Especial com a União Europeia, cujo

contorno ainda não se encontra perfeitamente definido, porque estamos perante uma proposta, em construção, na discussão da qual o pragmatismo e a vontade política devem prevalecer, tratando-se de algo que interessa às duas partes em presença, no mundo da globalização e onde a segurança é, cada vez mais, uma exigência do nosso tempo e do futuro da Humanidade. Além do mais, é preciso considerar que o correspondente a 45% da população actual de Cabo Verde (cerca de 480 mil habitantes) reside na Europa e este é um elemento não despreciando, a que importa conferir o seu justo valor.

Trata-se, todavia, de um projecto a longo prazo, uma autêntica corrida de fundo, que exige paciência e perseverança, considerando os objectivos propostos, ao qual se devem agregar outras âncoras de desenvolvimento, previamente identificadas, seja em África (CEDEAO, Angola, África do Sul), América Latina (Brasil) ou América do Norte (Estados Unidos da América), país onde existe uma expressiva comunidade imigrada de origem cabo-verdiana, considerado, não apenas por isso, estratégico para o desenvolvimento de Cabo Verde, tendo em linha de mira, sobretudo, aspectos de fundo relacionados com a segurança do país e de uma zona, a África Ocidental, que vem ganhando estatuto de região de importância geo-económica mundial, dada as suas imensas potencialidades em recursos energéticos fósseis, importância tanto maior, quanto a instabilidade da região do Médio Oriente vai em crescendo, face ao agravamento da situação no Iraque e do conflito israelo-palestiniano, para só citar os casos mais emblemáticos e mediáticos.